



A OPINIÃO PÚBLICA E AS FORÇAS ARMADAS (*)

Marcio Moreira Alves

Reprodução de palestra apresentada, pelo autor, no seminário "As Forças Armadas e a Defesa Nacional", patrocinado pela Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, ocorrido em agosto de 1992. Analisa e explica a visão que diferentes segmentos da sociedade têm das Forças Armadas, identificando distorções.

Existem, no Brasil, três códigos de valores éticos e morais, da mesma forma que existem três tipos de opinião pública, também referentes às distintas classes sociais.

A moral das classes dirigentes tem, como referência principal, a busca do poder econômico e político. Em consequência, não se deixa limitar pelos obstáculos legais ou éticos para alcançá-los, e não pune com discriminação aqueles que alcançam o poder por meios ilícitos. Raros são os que se recusam a conviver socialmente com quem se enriqueceu ou se elegeu através de ações ilegais.

A moral dos despossuídos, sobretudo os urbanos, os favelados, é de duplo padrão: há um código a ser respeitado em relação a vizinhos, do

mesmo núcleo habitacional, e outro diferente em relação aos demais, sobretudo aos moradores do asfalto, que são vistos como predadores e podem, portanto, ser predados.

Finalmente, há um código para as classes médias, que corresponde ao que se convencionou chamar de moral tradicional, baseado em valores transmitidos pela tradição religiosa cristã, ou seja, pelos Dez Mandamentos. Esses valores, dado o seu peso histórico e ideológico, são partilhados pelos despossuídos, quando a necessidade não os obriga à transgressão. As classes dominantes, embora não os pratiquem como classe, e sim eventualmente como indivíduos, incorporam-nos ao seu discurso formal e tratam de encobrir as transgressões que contra eles praticam.

O mesmo fenômeno de segmentação

* Selecionado pelo PADECME

ocorre em relação à visão que cada classe tem das Forças Armadas, visão essa que sofre também alterações em relação ao tempo histórico.

Os pobres, agrupados no coletivo povão, têm das Forças Armadas uma visão mais positiva que as demais camadas da sociedade. Há, para isso, duas razões básicas. Primeiro, as Forças Armadas têm sido, ao longo da nossa História, uma das raras oportunidades de ascensão social para quem nasce pobre em uma sociedade ainda profundamente marcada pelo ferro da escravidão. Para uma mãe favelada, ter um filho sargento é uma expectativa de amparo na velhice e de não ver reproduzida, na geração seguinte, os sofrimentos que teve de passar. Ter um filho oficial é quase um sonho impossível, dada a falência do ensino secundário público. Mas, quando ocorre, desperta o orgulho da família inteira. Segundo, ao contrário das polícias civil e militar, vistas muitas vezes como uma ameaça de violência tão ou mais perigosa que a dos bandidos, as Forças Armadas são consideradas fontes confiáveis de proteção. Daí a boa recepção popular quando são chamadas a executar missões de vigilância, como ocorreu recentemente com a ECO-92, ou onde é permanente a sua presença, como na Praia Vermelha, que é a praia mais segura do Rio de Janeiro.

As classes dirigentes têm uma visão utilitarista das Forças Armadas. Durante o período em que foram elas responsáveis pelo regime autoritário, os seus membros eram cortejados, adulados, convidados, presenteados, por serem considerados fontes de poder, de

influência e de proteção. Um número significativo de empresas trataram, então, de contratar oficiais da reserva como seus relações públicas, lobistas ou, como diziam os empresários mais céticos, como chaves para o acesso a bancos oficiais. Terminado o regime militar, as relações, embora de respeito à hierarquia, tornaram-se mais formais e distantes. Cessou a função utilitária privada e as funções políticas permanentes, definidas no texto da Constituição, ou não são entendidas ou não são vistas como relevantes.

A razão dessa incompreensão, ou desprezo, está na ausência de um projeto nacional que tenha a adesão da maioria das classes dominantes, que não se vêem como molas propulsoras de uma política de crescimento nacional que promova a inserção do País no contexto internacional e a melhoria das condições de vida do conjunto da população. Na verdade, é muito limitada a percepção que a grande maioria dos membros das classes dominantes têm da política internacional, nas alterações que ocorrem na balança do poder mundial e dos obstáculos e vantagens que essas alterações podem colocar no caminho do desenvolvimento brasileiro. Quando os seus membros se interessam por esses assuntos é, geralmente, em virtude de interesses comerciais imediatistas.

Em conseqüência, a visão das Forças Armadas existente nos estratos dominantes é um misto de temor — elas poderiam voltar ao poder de condescendência prudente — por que não manter os militares? Apesar de não servirem para nada, quem sabe um dia

não vamos precisar deles para assegurar o nosso padrão de vida? — ou de concorrência. Essa concorrência é manifestada, sobretudo, em relação aos recursos alocados no Orçamento da República, nesse período de recessão e verbas escassas. Ao longo de sua votação no Congresso, as verbas militares são muitas vezes pulverizadas em rubricas que atenderiam interesses regionais desconectados de um planejamento global.

O mais sólido núcleo formador de opinião pública encontra-se nas classes médias. A elas pertencem as próprias Forças Armadas, os segmentos superiores do aparelho do Estado, os pequenos e médios empresários, os profissionais liberais, os acadêmicos e os profissionais de comunicação, além dos jovens que se preparam para nelas ingressar através do ensino superior, ou seja, os estudantes universitários.

A visão que as classes médias têm das Forças Armadas tem variado com as alterações na vida política e econômica do País e do mundo.

Em 1964, ano em que a crise econômica era forte e a Guerra Fria estava no seu apogeu, as classes médias apoiaram, majoritariamente, a intervenção militar no processo político. A memória histórica que as classes médias tinham desse tipo de intervenção indicava ser ela breve, como havia sido em 1945, 1954 e 1961. No entanto, a intervenção prolongou-se e o projeto de modernização conservadora, liderado pelo Ministro do Planejamento Roberto Campos, penalizou inicialmente importantes setores médios. A

combinação de redução do poder aquisitivo real, falta de vagas para estudantes nas universidades gratuitas, concessões aos interesses norte-americanos e repressão às liberdades democráticas fizeram com que muitos grupos que haviam apoiado o movimento de 1964 passassem para a oposição e, em consequência, mudassem a sua opinião em relação aos militares.

A presença militar na cúpula do Executivo durante o período autoritário foi determinante, ao longo das décadas de 70 e 80, para a visão negativa que os setores intelectuais das classes médias passaram a ter das Forças Armadas. Essa visão, politicamente liberal e, em setores minoritários, anti-americana, foi reforçada pelo julgamento moral da impunidade que se estabeleceu para os políticos governistas tidos como malversadores dos dinheiros públicos. Os políticos considerados beneficiários diretos ou indiretos de negociações, contribuíram para essa visão negativa. Aliás, os que procuraram disputar eleições majoritárias foram fragorosamente derrotados, em virtude da capacidade que têm as classes médias de formar opinião e de influenciar as demais camadas da sociedade.

A visão positiva que o povo tem das Forças Armadas, visão que é crítica, não se modificou ao longo dos anos, e não tem razão para ser modificada. As Forças Armadas continuam a ser uma das raríssimas oportunidades de ascensão na sociedade brasileira. O debate sobre a função e utilidade das Forças Armadas interessa apenas às camadas mais privilegiadas

da vida brasileira. E esse debate as Forças Armadas estão perdendo, em virtude de pressões externas e internas, e de carências internas de conhecimento.

As pressões externas relacionam-se com o desenho da nova ordem mundial, sob a liderança incontestada dos Estados Unidos e com uma liderança econômica plurinacional, institucionalizada no chamado G-7, grupo que reúne os sete países mais ricos do mundo, representantes, também, dos interesses de algumas outras nações desenvolvidas que não têm assento em suas reuniões, como os países escandinavos, os do Benelux e os da Comunidade Britânica.

A principal característica global da nova ordem mundial é a diminuição da importância da contribuição dos países do Terceiro Mundo para as economias centrais. Alguns rápidos dados demonstrativos: em 1975, o fluxo de investimentos estrangeiros diretos nos países desenvolvidos foi de 21 bilhões de dólares e de 6,6 bilhões de dólares nos subdesenvolvidos. Em 1989, esses números foram, respectivamente, de 161 bilhões e de 18,1 bilhões, sendo que os investimentos nos países subdesenvolvidos foram representados, sobretudo, por capitais aplicados no Sudeste Asiático. As relações econômicas dos Estados Unidos com a América Latina sofreram uma evolução semelhante. Nos anos 80, a participação das exportações latino-americanas para os Estados Unidos cresceu, de 42 para 52%, enquanto que as dos Estados Unidos para a região aumentavam de 43 para 57%. No entanto, apesar desse aumento, a parcela da

América Latina no conjunto das importações americanas baixou, de 15 para 10% e de 18 para 14%, no destino das exportações americanas. Ou seja, a América Latina tornou-se menos relevante para a nação que lidera militarmente o mundo, e menos relevante ainda para os demais países ricos. A tendência é para o agravamento dessa relevância.

A principal característica política da nova ordem mundial é a uniformização dos sistemas de organização da produção, ou seja, do mercado capitalista. O perigo comunista foi afastado definitivamente, com a vitória dos Estados Unidos sobre a União Soviética. Ele só poderia voltar à cena, caso a China se tornasse uma superpotência mantendo o seu atual sistema de produção. Ambas as hipóteses são discutíveis e remotas e, mesmo que ocorressem, a milenar tradição de autarquia chinesa não faz prever um maior envolvimento do país em áreas geográficas afastadas do que eles chamam de Império do Centro.

A principal característica social da nova ordem mundial é a exclusão interna dos seus cidadãos menos capacitados, através de um desemprego estrutural com as naturais tensões que isso produz em relação à segurança pública nos orçamentos de seguridade social de cada país, e a exclusão das migrações oriundas do Terceiro Mundo. Não existe, para os despossuídos de hoje, um novo mundo de oportunidades para onde possam emigrar, como emigraram para os Estados Unidos, a Austrália, a Nova Zelândia e a África do Sul os despossuídos euro-

peus do século XIX. Os sistemas modernos de produção são progressivamente excludentes de "analfabetos tecnológicos".

A principal característica política da nova ordem mundial, no seu centro, é o surgimento de mini-ideologias, ou seja, de idéias-força que respondem apenas aos interesses ou às fantasias de grupos populacionais segmentados. As macroideologias, ou seja, o conjunto de idéias que explicam aos seus adeptos o princípio e o fim das coisas, com o desaparecimento do comunismo, só sobrevivem em teocracias muçulmanas, como a do Irã.

Dentre as microideologias, duas têm importância maior para o Brasil: o racismo e o ambientalismo.

O racismo considera o ser humano de características físicas e culturais divergentes das da maioria como um *não ser*. Esses *não humanos* podem, portanto, ser expulsos discriminados e até mortos sem culpabilizar os *seres humanos*. Ora, o Brasil, com uma população majoritariamente mestiça, pode ser vítima desse tipo de visão, como foram, no passado mais afastado, os mexicanos, no passado mais próximo os vietnamitas e, nos dias de hoje, os árabes. O ambientalismo, por outro lado, embora tenha justificativas muito mais legítimas que o racismo, também pode representar uma ameaça ao Brasil. Na medida em que se encontram em território brasileiro as maiores florestas do mundo, pode-se invocar o pretexto de preservar para o conjunto da humanidade um patrimônio natural que os *não seres* brasileiros, pela sua cupidez e ignorância não sabem defen-

der. É perfeitamente possível surgirem movimentos de opinião pela gestão internacionalizada da Amazônia.

Finalmente, como ameaça mais especificamente percebida pelos Estados Unidos, está a produção de narcóticos, especialmente de cocaína, pelos países latino-americanos e destinados aos mercados do Norte, sobretudo o norte-americano. O combate ao narcotráfico, um real perigo também para as populações do Sul, pode igualmente provocar intervenções na vida interna dos países latino-americanos, como já ocorre em países produtores, como o Peru, a Bolívia e a Colômbia.

Em conseqüência, pode-se dizer que existem hipóteses de intervenção estrangeira em território brasileiro que exigem uma resposta da nossa sociedade aos problemas da segurança que nos deve proporcionar as Forças Armadas.

No entanto, esses perigos, ou não são percebidos, ou são subestimados pela quase totalidade dos formadores de opinião e decisores políticos do País. Em parte, essa cegueira deriva da ignorância das nossas classes dirigentes a respeito do mundo exterior. Em parte, deriva da adesão de muitos às visões do mundo produzidas no exterior e transmitidas através de variados meios de comunicação ao Brasil. Há um número considerável de membros das classes dirigentes que se consideram cidadãos do mundo, mundo desenvolvido, é claro, antes de serem cidadãos brasileiros.

As dificuldades de comunicação das Forças Armadas com os demais segmentos das classes dominantes, dificul-

A OPINIÃO PÚBLICA E AS FORÇAS ARMADAS

dades produzidas, tanto pela falta de profissionalismo dos seus setores de comunicação social, como da falta de clareza sobre os conteúdos das mensagens a transmitir, não facilita a eliminação dessas barreiras de ignorância. E, não se modificando essa situação, estaremos condenados a um diálogo de surdos, de consequências imprevisíveis, tanto para a manutenção da unidade nacional, acossada por um início de separatismo, como para a própria existência autônoma do Brasil.

Um dos exemplos mais claros dessa cisão entre as necessidades de comunicação, de reflexão sobre um projeto nacional e de integração entre os executores políticos civis e militares está no Congresso Nacional. O Congresso Nacional tem, sobre política exterior, sobre a elaboração de projeto nacional e sobre o emprego constitucional das Forças Armadas, como um instrumento decisivo para a proteção da unidade do território e para a proteção da consecução dos objetivos a longo prazo externos do País, se não a hostilidade, pelo menos um enorme alheamento.

A demonstração mais clara disso parece estar no Senado da República. O Senado não tem uma Comissão de Defesa Nacional, ele tem uma Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. E essa Comissão cuida muito mais de nomeação de embaixadores, de presença em conferências internacionais, do que da discussão de projetos que podem significar, a longo prazo, ameaças internas ou externas

para o desenvolvimento do povo brasileiro.

Na Câmara dos Deputados, a Comissão de Defesa Nacional, que não é disputada pelos grandes partidos, é a única que pode ser acumulada, na qualidade de titular, por um membro da Câmara. O membro da Câmara não pode ser titular da Comissão de Educação e de Relações Exteriores, do Trabalho e de Finanças, mas pode ser titular de uma dessas Comissões e, também, da Comissão de Defesa Nacional.

Parece-me que existe, agora, nessa Comissão, um grande projeto, uma grande abertura e oportunidade para se comentar essa lacuna. A partir do momento em que há diálogo, que era estanque, a falta de comunicação começa a ser rompido pelo seu lado que, aparentemente, lhe era o mais avesso, que são as próprias Forças Armadas. Considero um notabilíssimo desenvolvimento do pensamento brasileiro, e da própria estrutura política do País, o fato de, há algum tempo, as Forças Armadas virem, sistematicamente, buscando interlocutores no mundo civil, de uma forma absolutamente pluripartidária, não posicionada ideologicamente e, portanto, aberta a um verdadeiro diálogo que implica, não apenas no conhecimento recíproco, como também na troca de observações críticas com a máxima liberdade.

Ele nos faz ter um pouco mais de esperança nos dias sombrios que estamos vivendo. Quem sabe, a luz da esperança está no fim do túnel?



MARCIO MOREIRA ALVES — é bacharel em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ — 1963) e doutor em Ciências Políticas pelo Institut National des Sciences Politiques de Paris, agregado à Universidade de Paris I, Sorbonne (1970 a 1973). Conceituado articulista político do Jornal do Brasil e de O Estado de São Paulo, e repórter especial da revista Manchete, é também diretor da Brain Trust Consultores, do Rio de Janeiro, especializada em relações internacionais, relações intergovernamentais, planejamento estratégico e ecobusiness, desde 1968. É autor de vários livros, conferencista convidado do Institut des Hautes Etudes Strategiques, de Paris, dos Institutos de Estudos Latino-Americanos da Freie Universität, de Berlim, e da Universidade de Stockholm. Tem proferido conferências nas principais universidades norte-americanas sobre políticas brasileira, entre outras: Harvard, Yale, Columbia, City University of New York, University of Notre Dame, University of California (Berkeley e Santa Cruz) e Stanford University.

A COMUNICAÇÃO PERFEITA COM KS E PABX DA NEC



NEC
NEC DO BRASIL S.A.

Rua do Paraíba, 307
CEP 04113 - São Paulo - SP
Tel. (011) 381-2300 (PBX)
Novo (011) 2300 (REGR. OR)

A tecnologia que fala a linguagem do futuro